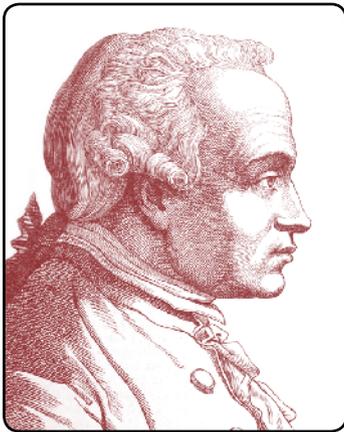


■ CAPÍTULO 6 ■

KANT E A FILOSOFIA CRÍTICA

Neste capítulo, vamos estudar a crítica da razão empreendida por Kant, examinando a questão da possibilidade da metafísica em comparação com aquela da matemática e da ciência da natureza. Veremos como Kant fundamenta o conhecimento humano nas formas puras da sensibilidade (tempo e espaço) e nas categorias e princípios do entendimento. Além disso, examinaremos sua discussão sobre o uso adequado das idéias da razão e, finalmente, seu idealismo transcendental, que está associado ao realismo.

6 KANT E A FILOSOFIA CRÍTICA



Immanuel Kant (1724–1804)

O próprio Kant sugere a interpretação que até hoje é usual sobre a posição de sua filosofia transcendental em relação ao racionalismo dos pensadores europeus continentais, especialmente Descartes, Espinosa e Leibniz, e os empiristas britânicos: Locke, Berkeley e Hume. Ou seja, o que se supõe é que sua doutrina tenha associado as virtudes de ambas essas escolas – racionalismo e empirismo –, evitando seus vícios. Em outras palavras, na avaliação que Kant faz do conhecimento humano, ele dá razão aos empiristas em determinados aspectos, mas, por outro lado, em outros, dá razão aos racionalistas.

A teoria crítica de Kant que lhe conferiu um lugar de incontestável destaque na história da filosofia é exposta em suas obras tardias, começando com a *Crítica da razão pura*, cuja primeira edição foi publicada em 1781, quando Kant já estava próximo dos sessenta anos. E o próprio Kant alimentou o mito de que tal postura resultou do despertar repentino de seu sono dogmático ao tomar conhecimento das idéias de Hume. Entretanto, os especialistas em seu pensamento mostram hoje que, em diversos aspectos importantes, a filosofia crítica é antecipada em obras anteriores a esse período.

De qualquer forma, a solução de Kant para o problema do conhecimento acomoda parte da perspectiva empirista, como veremos, e oferece uma saída para aquelas dificuldades que Hume considerou insuperáveis em relação à causalidade e, logo, a uma fundamentação segura das ciências da natureza. Não há conheci-

mento fora do âmbito da experiência possível, como os empiristas sustentavam, mas esse conhecimento é revestido de necessidade, como queriam os racionalistas.

Neste aspecto, portanto, Kant reverte a tendência mais falibilista e de modéstia intelectual dos empiristas, e volta ao fundacionismo e ao otimismo epistemológico dos racionalistas, embora seja também um grande crítico das idéias destes, em especial, com relação ao papel que a metafísica pode desempenhar no saber humano em geral e também na ação humana, ou seja, não apenas na dimensão cognitiva da vida humana, mas também em sua dimensão ativa ou moral.

De fato, Kant foi formado e trabalhou antes do *período crítico* de sua obra no ambiente intelectual criado pela filosofia sistemática de **Wolff**, baseada fundamentalmente nas idéias de **Leibniz**. Essa metafísica almejava o conhecimento racional de Deus, da alma humana e do mundo, os temas centrais, respectivamente, de suas partes principais: a teologia, a psicologia e a cosmologia racionais.

Kant pretendeu pôr um fim a tais pretensões cognitivas da filosofia, e procurou mostrar que, além das ciências (a matemática e a física), a metafísica tem de ser ou uma investigação transcendental da própria razão, ou um guia para a ação, mas, neste último caso, sem pretensões cognitivas. Para começarmos a compreender bem a doutrina crítica de Kant, devemos comentar duas distinções que ele faz: a primeira, entre *transcendente* e *transcendental*, e a segunda, entre *conhecer* e *pensar*. Estas quatro noções estão inter-relacionadas.

Conhecer, para Kant, consiste em formular juízos decidíveis, o que, segundo ele, como veremos, só pode ocorrer dentro do âmbito da experiência possível, e implica provar a possibilidade do objeto conhecido. Mas podemos pensar sobre muitas coisas que, de fato, não podemos conhecer, o que é, segundo Kant, o que ocorre com as doutrinas metafísicas tradicionais, que pretendem *transcender* os limites da experiência possível. Assim, o que é *transcendental* no sentido kantiano é diferente do que é transcendente. **Transcendental é a investigação que se ocupa não dos objetos propriamente, mas das condições e da possibilidade de conhecê-los.**

Além disso, um outro aspecto fundamental da teoria de Kant é tomar como objeto de análise não crenças ou opiniões – como era



Christian Wolff (1679–1754).



Gottfried Leibniz (1646–1716).

O princípio de não-contradição (também dito **de contradição**) estabelece que um juízo não pode afirmar e negar algo ao mesmo tempo; ou, em outras palavras, a negação de um juízo analítico produz uma contradição. Este princípio é um dos três princípios da lógica tradicional, remontando a Aristóteles, junto com o princípio de identidade e o princípio do terceiro excluído, que são considerados princípios constitutivos da própria razão.

o caso nos pensadores que o precederam –, mas as cognições ou os juízos que, por sua vez, são expressos em proposições. Deste modo, uma outra distinção fundamental em sua doutrina é aquela entre *juízos analíticos* (ou explicativos) e *juízos sintéticos* (ou ampliativos).

O juízo expresso, por exemplo, em “**Todo corpo é extenso**” é analítico, uma vez que apenas desdobra uma noção já dada, ou revela algo já incluso no conceito de corpo, embora isso pudesse não estar inteiramente claro. Ao contrário, o juízo expresso por “**Alguns corpos são pesados**” é sintético, uma vez que associa duas noções que não estão contidas uma na outra, e aumenta nosso conhecimento de alguma coisa.

Os juízos analíticos são, obviamente, *a priori*, isto é, podem ser feitos independentemente da experiência. Eles precisam apenas seguir o *princípio de não-contradição*. E, por sua vez, a tradição filosófica supõe que os juízos sintéticos são *a posteriori*, isto é, eles só podem ser feitos com base na experiência, e devem seguir outros princípios além de, obviamente, seguir o princípio de não-contradição.

O ponto mais polêmico e ousado da filosofia kantiana é sustentar que há juízos sintéticos *a priori*. Mas, uma explicação da possibilidade desses juízos já é uma exposição de sua filosofia crítica.

6.1 POSSIBILIDADE E PROGRESSO DO CONHECIMENTO

Dois anos após a primeira edição da *Crítica*, Kant publica os *Prolegômenos*, expondo a mesma teoria, mas de uma forma mais acessível. Kant compara o desenvolvimento histórico da metafísica com o da matemática e da ciência da natureza (ou física, num sentido geral).

A grande diferença entre estas áreas é que, na matemática e na física, há avanços, no sentido de que, dados certos princípios sobre os quais todos concordam, determinados problemas recebem soluções universalmente aceitas e duradouras. Ao contrário, na metafísica tradicional, os filósofos estão o tempo todo discutindo os próprios fundamentos da disciplina, sem chegar a um acordo mínimo que permita o avanço desse ramo do saber humano.

A obra, publicada em 1783, tinha como título completo: *Prolegômenos a toda metafísica futura que venha a se apresentar como ciência, em cujo prefácio Kant diz que foi Hume quem o despertou de seu sono dogmático em relação à metafísica e, em especial, ao conceito de causalção.*

Fazer progresso, para Kant, significa então colocar problemas solúveis e encontrar as soluções para eles. Na matemática e na física, não é possível sustentar uma tese e prová-la, e, depois, sustentar seu oposto, provando também esta antítese. Entretanto, isso é comum na metafísica, diz Kant.

Ele tem presente o fato de que a metafísica, ao contrário da matemática e da ciência da natureza, é um domínio de conhecimento *a priori*, e isso já representa, obviamente, uma dificuldade especial para essa disciplina. Entretanto, Kant distingue ainda entre disciplinas puras e empíricas. As **disciplinas empíricas** tratam das coisas dadas na experiência real, mas elas são precedidas por **ciências puras**, que estabelecem seus princípios mais gerais, sem os quais a investigação empírica não pode prosseguir, e tratam do que é dado na experiência possível. Desta forma, a própria física – enquanto um estudo empírico dos fenômenos relacionados com os corpos – é precedida por uma ciência pura da natureza.

O primeiro passo na investigação transcendental de Kant é conseguir respostas para as questões da possibilidade da matemática pura e da ciência pura da natureza. As respostas a estas questões indicarão então o caminho para saber se é possível a metafísica e, de fato, exatamente que tipo de metafísica ela será. No caso da matemática e da física, a questão da possibilidade é mais fácil, dado que elas são realizações cognitivas reais. Entretanto, a metafísica, diz Kant, ainda é uma promessa não cumprida. Assim, a questão de sua possibilidade é mais delicada.

No caso da matemática pura e da ciência pura da natureza, dado que elas existem, o que temos de fazer é perguntar o que as torna então possíveis. No caso da metafísica, aquilo que garante sua possibilidade deve ser conhecido antes de ser ela real, como diz Kant nos *Prolegômenos*.

As soluções de Kant para esses problemas vêm graças a uma verdadeira teoria da razão ou das faculdades do intelecto humano – exatamente o que ele denominou uma *crítica da razão*, ou o conhecimento de seus elementos constitutivos e de seu modo de operar e, por conseguinte, de seu alcance. As três principais faculdades do intelecto ou mente humana são: a **sensibilidade**, o **entendimento** e, por fim, a **razão**.

A sensibilidade é constituída por formas puras, que são *espaço* e *tempo*, aquela faculdade por meio da qual nos são dados objetos. Espaço e tempo são formas puras da intuição. Kant defende que temos apenas a capacidade de intuição sensível, isto é, o acesso direto, por assim dizer, a objetos dados na sensibilidade. O outro tipo de intuição que pode haver, capacidade que os seres humanos não possuem, diz Kant, é a **intuição intelectual**, aquela que se dá por meio do entendimento, e que permite cognição não de como as coisas aparecem – na sensibilidade: os *fenômenos* – **mas como elas são em si mesmas (as coisas-em-si ou noumena)**.

A distinção entre fenômenos (phainomena, do grego, significando “o que aparece”) e coisas-em-si (noumena, do grego, “o que é pensado”, relativo a nous, “a faculdade de pensar”) é também fundamental na filosofia kantiana. Sua idéia geral é que só nos é possível o conhecimento dos fenômenos, e não das coisas-em-si, isto é, como elas seriam mas que não nos é dado, uma vez que os objetos nos são dados apenas na sensibilidade.

O entendimento, por sua vez, possui **conceitos puros** (ou **categorias**) e princípios puros, segundo os quais seus conceitos puros podem ser aplicados a objetos da experiência. Para Kant, temos conhecimento quando os conceitos do entendimento são aplicados aos objetos dados na sensibilidade, ou seja, sobre o domínio do que ele denomina **experiência possível**.

Por fim, a razão, diz Kant, possui *idéias*, que nos permitem pensar, mas não conhecer, uma vez que elas não representam objetos específicos para além da experiência possível. Essas idéias da razão são de três tipos, a saber: (a) psicológicas (a respeito do eu como uma substância), (b) cosmológicas (a respeito do início e dos limites do mundo), e (c) teológicas (a respeito do criador).

As idéias da razão são a fonte da metafísica, assim como as formas puras da sensibilidade são aquela da matemática pura, e as categorias do entendimento aquela da ciência pura da natureza. Contudo, o ponto importante é que as idéias da razão podem nos levar a produzir ilusões – falsas cognições – comuns na metafísica e que Kant deseja expurgar do saber humano, mostrando, assim, os limites de nosso conhecimento possível. Por outro lado, as idéias da razão podem ter um uso regulativo para o entendimento e o conhecimento imanente, isto é, dentro dos limites da experiência possível.

6.2 AS FORMAS PURAS DA SENSIBILIDADE

Na parte da *Crítica da razão pura* denominada “Estética transcendental”, Kant discute as formas puras da sensibilidade – espaço e tempo – assim como nas seções 6 a 13 dos *Prolegômenos*, de-

monstrando a possibilidade da matemática pura. A primeira idéia importante de Kant com relação à matemática – ao contrário da maioria da tradição filosófica antes e depois dele – é que os juízos matemáticos são sintéticos, e não analíticos. Como vimos no capítulo anterior, por exemplo, Hume considerava os assuntos da matemática como meras relações de idéias, que devem seguir apenas o princípio de não-contradição. E Leibniz é um outro filósofo importante na formação do pensamento de Kant para o qual as proposições matemáticas também são analíticas. Uma exceção na história da matemática é o **intuicionismo** de **Brouwer**, que, como Kant, considera que os objetos matemáticos são construções nossas.

Entretanto, para Kant, o fato de serem os juízos matemáticos sintéticos não implica que eles sejam empíricos ou *a posteriori*. Ao contrário, nos textos em que trata do assunto, Kant pretende demonstrar que os juízos da matemática pura são sintéticos *a priori*. A aritmética é possível graças à forma pura do tempo, que Kant também denomina *forma do sentido interno*, e a geometria é possível graças à forma pura do espaço, a *forma do sentido externo*.

Os exemplos simples dados por Kant a respeito tanto da aritmética, quanto da geometria, à primeira vista, são convincentes, dadas suas definições de juízos analíticos e sintéticos, como vimos acima. Se tomarmos, por exemplo, o juízo expresso em “ $7 + 5 = 12$ ”, diz Kant, vemos que, nas noções de 7, de 5, de **soma** e de **igualdade**, não está contida a noção de **12**. E quando dizemos que a reta é a menor distância entre dois pontos dados, a noção de **menor distância** não está de forma alguma incluída naquela de **linha reta**.

No primeiro caso, afirma Kant, a forma pura do tempo nos permite, num juízo sintético, adicionar sucessivamente 5 unidades à noção de 7, produzindo então o juízo de que $7 + 5 = 12$. E, no segundo caso, de forma semelhante, é a intuição pura do espaço que nos permite dizer que a reta é o menor caminho entre dois pontos.

A noção comum – e também sustentada pelos empiristas – é que as noções de tempo e espaço derivam da experiência, isto é, da apresentação que temos de objetos sensíveis. Mas Kant argumenta que isso não seria possível, pois, para que algum objeto nos seja dado, é preciso que a sensibilidade – que é a faculdade de ter intui-



Luitzen E. J. Brouwer (1881–1966), matemático holandês.

ções sensíveis e que é passiva e não ativa – seja dotada de formas puras que lhe permitem intuir os objetos. Desta forma, tempo e espaço têm de ser dados antes da apresentação de qualquer objeto, pois são a condição mediante a qual qualquer objeto pode nos ser dado na sensibilidade. Tempo e espaço são, portanto, *a priori*, ou seja, constitutivos da sensibilidade, e estão nela presentes antes de qualquer experiência.

Para Kant, tempo e espaço são intuições puras. Elas não nos apresentam objetos determinados e dados empiricamente em percepções concretas, mas apenas objetos em geral que possam ser dados à sensibilidade, e que tornam as próprias percepções empíricas possíveis. Tudo o que nos é dado – ou que é fenômeno para nós – deve, portanto, ser localizado no tempo e no espaço.

A teoria das formas puras da sensibilidade terá conseqüências importantes não apenas por permitir a fundamentação da matemática, quando aliada à teoria dos conceitos puros do entendimento, que veremos a seguir, mas também na delimitação do alcance do conhecimento humano e na crítica à metafísica tradicional, cujas pretensões cognitivas se estendem para além do que é dado no tempo e no espaço, como já comentamos.

6.3 AS CATEGORIAS DO ENTENDIMENTO

Ao contrário da sensibilidade, que é uma faculdade intuitiva, como comentamos anteriormente, para Kant, o entendimento é uma faculdade puramente discursiva, o que quer dizer que ele opera sobre objetos dados pela sensibilidade. **O entendimento é, pois, a faculdade de fazer juízos, expressos em proposições.**

Na *Crítica da razão pura*, a parte denominada “**Lógica transcendental**” trata das formas puras do juízo, dos conceitos puros (ou categorias) que são necessários para fazê-los e dos princípios que regulam o uso das categorias. A mesma teoria é exposta nas seções 14 a 39 dos *Prolegômenos*, que tratam da possibilidade da ciência pura da natureza.

A natureza, diz Kant, é a existência dos objetos enquanto determinados por leis universais. Mas o termo ‘**natureza**’, para Kant, também significa o complexo de todos os objetos da experiência.

O que ele quer dizer com os dois significados da palavra é que **as leis universais que regem os fenômenos se aplicam apenas aos objetos da experiência, e não às coisas-em-si.**

Uma outra distinção importante que Kant faz, e que está relacionada com esse tópico, é aquela entre *juízos de percepção* e *juízos de experiência*. Os primeiros possuem valor meramente subjetivo, não sendo, pois, necessários. Já os *juízos de experiência* são válidos objetivamente, o que requer que eles sejam feitos mediante conceitos revestidos de necessidade, que são, para Kant, os conceitos puros do entendimento.

Assim como as formas puras da sensibilidade, que são *a priori*, as categorias do entendimento são dadas *a priori*. Elas possibilitam juízos sintéticos *a priori* também com relação aos objetos da experiência ou os objetos que constituem a natureza. E, da mesma forma que as intuições puras tempo e espaço, as categorias não podem ser derivadas da experiência. Ao contrário, elas é que são constitutivas da própria experiência e, logo, daquele domínio denominado *natureza*, que é o campo de estudo da física.

Com base nos manuais de lógica da época, Kant formula sua famosa tábua das funções lógicas do entendimento, em um número exato de 12, diz ele, divididas em quatro grupos de 3. Essas formas dos juízos sintéticos *a priori* sobre os objetos da experiência são possíveis em virtude dos correspondentes 12 conceitos puros do entendimento, também apresentados por Kant numa tábua similar. (As duas tábuas são reproduzidas na próxima página).

Kant diz que uma função é a unidade da ação do entendimento em ordenar diferentes representações sob uma representação comum a elas. Assim como as intuições, sendo sensíveis, se baseiam em afecções que os objetos provocam em nossa sensibilidade, graças à receptividade desta, no caso do conhecimento através de conceitos, estes se baseiam na espontaneidade de pensar do entendimento, ou seja, em suas funções. E o que o entendimento faz é julgar, utilizando tais conceitos, que são, diz Kant, representações de representações, isto é, um conceito é uma representação de outro conceito ou de uma intuição sensível. Ou seja, os conceitos são predicados de juízos possíveis.

Tábua lógica dos juízos

(quanto à) Quantidade	
universais	
particulares	
singulares	

Qualidade	Relação
afirmativos	categóricos
negativos	hipotéticos
infinitos	disjuntivos

Modalidade
problemáticos
assertórios
apodíticos

Tábua das categorias ou conceitos puros do entendimento

De quantidade	
unidade	
pluralidade	
totalidade	

De qualidade	De relação
realidade	inerência e subsistência
negação	causação e dependência
limitação	comunidade ou ação recíproca

De modalidade
possibilidade - impossibilidade
existência - inexistência
necessidade - contingência

Os conceitos, por sua vez, podem ser puros ou empíricos. Eles são empíricos se contêm alguma sensação – o que pressupõe a presença real de um objeto que afete a sensibilidade. E são puros se nenhuma sensação está contida em tal representação de um objeto. As **categorias** ou **conceitos puros do entendimento**, apresentados na tábua, assim como as formas puras da sensibilidade (tempo e espaço) são *a priori*. Ou seja, tais categorias estão no entendimento antes de qualquer experiência. Cada uma delas é utilizada pelo entendimento para fazer o juízo correspondente.

Por exemplo, tomemos a categoria de causação (a segunda do grupo das categorias de relação). Ela é utilizada na formulação de juízos hipotéticos, como quando dizemos, ao entrarmos numa sala onde há um aparelho de ar condicionado ligado, que este aparelho está refrigerando a sala, ou, em outro exemplo, que o sol aquece uma pedra que é exposta a sua luz. Os juízos hipotéticos, que utilizam a categoria de causação, são exatamente aqueles cuja necessidade tinha sido posta em questão por Hume, como vimos no capítulo anterior. Com sua teoria, Kant pretende dar uma solução definitiva a tal problema, mostrando que tais juízos são necessários, ao contrário do que pensava Hume.

Assim como as formas puras da sensibilidade (tempo e espaço) não podem, segundo Kant, derivar da experiência, mas, ao contrário, são necessárias para que algum objeto nos afete, do mesmo modo, as categorias não derivam da experiência, mas são necessárias para que objetos sensíveis nos sejam dados na experiência. Dadas certas intuições, a forma como o entendimento pode formular juízos sobre elas e, portanto, produzir cognições, é utilizando as categorias, que são aplicadas aos objetos dados na sensibilidade segundo regras também *a priori*.

Por isso os juízos hipotéticos como os mencionados anteriormente são universais e necessários, e são constitutivos da natureza, determinando leis universais. Assim como Hume, mas por outras razões, Kant também acha que os juízos hipotéticos – relacionando causas e efeitos – são inevitáveis. Mas eles são inevitáveis, para Kant, em virtude da espontaneidade do entendimento no uso da categoria de causação, e não, como dizia Hume, em virtude do Hábito, que era um princípio de caráter apenas psicológico. Para

Kant, sendo a categoria de causação um conceito puro *a priori* do entendimento, os juízos hipotéticos são necessários e universais, ou seja, objetivamente válidos, ao contrário do que Hume achava.

A necessidade e universalidade de tais juízos de experiência depende, contudo, da utilização das categorias segundo regras de nível mais alto, que regulam seu uso. E este é o papel dos princípios puros do entendimento.

6.4 OS PRINCÍPIOS DO ENTENDIMENTO

A tábua dos princípios do entendimento, segundo Kant, é apresentada a seguir, e podemos ver que ela também guarda uma correspondência exata com as tábuas anteriores. Os *princípios* são, para Kant, as cognições de nível mais alto possível. E, portanto, como regras, eles determinam todas as outras cognições. Assim como o princípio de não-contradição é aquele que rege a formulação de todos os juízos analíticos, os princípios mencionados na tábua abaixo regem todos os juízos sintéticos.

Princípios do entendimento puro

Axiomas	
da intuição	
Antecipações	Analogias
da percepção	da experiência
Postulados	
do pensamento empírico em geral	

Os detalhes mais técnicos da teoria de Kant são bastante complicados, e envolvem um estudo mais aprofundado da parte da *Crítica da razão pura* denominada “**Analítica dos princípios**”, mas a idéia geral de Kant é, de fato, bastante simples. Tomemos, mais uma vez, o caso da causação e dos juízos hipotéticos envolvidos no problema de Hume. O que confere necessidade e universalidade a tais juízos é que, em determinadas circunstâncias da apresentação

de objetos sensíveis, há uma regra exata a ser seguida, e que permite a união dos conceitos e a formulação do juízo. O mesmo vale para todos os outros tipos de juízos sintéticos.

Neste caso particular dos juízos relacionando causa e efeito, temos a segunda analogia da experiência, denominada *princípio da seqüência temporal segundo a lei de causalidade*, que é formulado por Kant na *Crítica* (na segunda edição, de 1787) da seguinte maneira:

Todas as alterações ocorrem de acordo com a lei de conexão de causa e efeito.

Qual é a idéia fundamental por trás dessa formulação de maneira a poder resolver o problema de Hume?

A explicação do próprio Kant é a seguinte: primeiro, percebemos que duas aparências se sucedem uma à outra, que há um estado de coisas existente em determinado momento, e que é diferente de outro estado de coisas, em outro momento. As duas percepções são então conectadas segundo o tempo, que é a forma de nosso sentido interno, colocando um estado de coisas **antes** do outro, ou este **depois** do primeiro. Mas, para que tal ordem de sucessão possa ser pensada de modo necessário, e não invertamos a ordem temporal dos estados de coisas, é preciso que o entendimento utilize um de seus conceitos puros. Ora, o conceito que permite pensar a relação desses estados de coisas dados na forma anteriormente mencionada é a categoria de causação. Em outras palavras, o entendimento não possui uma outra maneira de representar aqueles estados de coisas a não ser desta forma.

Tomemos um dos exemplos simples dado por Kant e que já se encontrava em Hume. O primeiro estado de coisas seria a situação em que um objeto é exposto aos raios do sol, tendo determinada temperatura, e o segundo estado de coisas é aquele em que tal objeto apresenta uma temperatura mais alta. Segundo o princípio de causalidade e utilizando a categoria de causação, o entendimento pode formular o *juízo hipotético* de que o sol é a causa da elevação da temperatura daquele objeto.

Desta maneira, Kant pôde fundamentar com sua teoria também a ciência pura da natureza, pois os princípios do entendimento

Apesar da utilização do termo 'hipotético' por Kant, tais juízos, como dissemos, são necessários e universais. O termo não possui aqui a mesma conotação do senso comum, mas tem um sentido técnico, comum na lógica e na epistemologia.

são as cognições mais fundamentais sobre a natureza em geral. Como dissemos acima, para Kant, o termo ‘**natureza**’ significa, em primeiro lugar, a existência dos objetos determinados por leis universais. Os conceitos e princípios puros do entendimento são, portanto, a própria condição de possibilidade da experiência e do conhecimento da natureza.

6.5 AS IDÉIAS DA RAZÃO

A mente humana não é constituída apenas pelas formas da sensibilidade, pelos conceitos e princípios do entendimento, mas também pelo que Kant denominou *idéias da razão*. Há um aspecto negativo e outro positivo na abordagem de Kant a este tema. O **negativo** é que ele identifica aí a origem do problema da metafísica tradicional, ou seja, a questão da falta de objetividade de suas afirmações. O **positivo** é que Kant vai atribuir às idéias da razão o papel de reguladores do entendimento em geral, possibilitando, assim, a sistematização do conhecimento encontrado na própria ciência da natureza.

Além disso, fora este domínio que Kant denomina **especulativo**, a razão também possui um domínio **prático** – aquele da ação e da moralidade. E também aqui as idéias da razão têm um papel fundamental a desempenhar. Contudo, não vamos examinar este ponto, mas nos atermos aos problemas gerados pela razão especulativa e que conduzem às dificuldades da metafísica.

O **entendimento**, como vimos antes, é compreendido por Kant como a faculdade que dá unidade às aparências (fenômenos) por meio de regras, e torna, portanto, a experiência possível. A razão, por sua vez, é definida por Kant como a faculdade que confere unidade às regras do entendimento mediante princípios superiores àqueles do próprio entendimento. Neste sentido, a razão é chamada também de **faculdade dos princípios**, e é a suprema faculdade do conhecimento humano.

Entretanto, a razão não lida diretamente com objetos, mas se aplica sempre ao entendimento, para conferir-lhe unidade, assim como o próprio entendimento se aplica à sensibilidade. Assim, sucessivamente, o conhecimento humano, que começa com os objetos dados na sensibilidade, termina na razão, passando pelo entendimento.

Para distinguir os conceitos puros da razão daqueles do entendimento, Kant utiliza a expressão ‘**idéias transcendentais**’. O papel apropriado dessas idéias, segundo Kant, é semelhante àquele das categorias do entendimento em relação aos objetos dados pela sensibilidade. As idéias da razão, assim, dão a forma das inferências que podemos fazer (Kant utiliza também o termo ‘**silogismo**’ da lógica tradicional), e determinam o uso do entendimento de acordo com princípios aplicados à totalidade da experiência (que o entendimento torna possível).

A razão é também, diz Kant, a faculdade de inferir. Mas o problema é que a razão humana não se satisfaz com esse uso imanente (dentro dos limites da experiência e dando unidade a ela) das categorias do entendimento. Ela faz também inferências que ultrapassam os limites da experiência possível. Essa tendência natural e inevitável da mente humana precisa ser contida, na medida em que nos damos conta de que ela leva a ilusões ou falsas cognições – e esta é justamente a utilidade da *crítica da razão*, ou seja, mostrar as limitações cognitivas da mente humana.

Segundo Kant, percebemos essas limitações ao constatarmos as **antinomias** e **paralogismos** a que a razão é conduzida quando tenta aplicar as categorias da experiência fora do âmbito da experiência possível, isto é, quando pretende se aplicar não a fenômenos, como já comentamos, mas às coisas-em-si, tal como a noção de um eu como substância, de Deus, ou ainda dos limites (ou temporais, ou espaciais) do universo – que são os conhecidos temas da metafísica e suas subdivisões principais: a psicologia, a teologia e a cosmologia racionais.

Por exemplo, com relação à cosmologia, Kant mostra que podemos, de um lado, provar que *o mundo tem um começo no tempo e é limitado espacialmente* e, de outro, também provar que *o mundo não tem um começo temporal e que é infinito quanto ao espaço*. Ora, neste e em outros casos, fica claro, segundo Kant, que a razão tenta transcender os limites da experiência possível, uma vez que está tratando não de cognições de objetos dentro da experiência possível (fenômenos), mas de algo que não pode ser dado na experiência (coisas-em-si), como, neste caso, a totalidade do universo.

Na lógica tradicional aristotélica, silogismo é um argumento com duas premissas e uma conclusão. Sendo válido, o silogismo permite então a inferência que consiste em passar da verdade das premissas àquela da conclusão.

As antinomias são contradições, como já comentamos no capítulo 3, quando mencionamos a antinomia (ou paradoxo) do mentiroso, de Epimênides. Demonstra-se uma tese e a tese oposta (antítese), contraditória com a primeira, a partir dos mesmos princípios da razão. Kant entende por ‘paralogismo’ o silogismo inválido em virtude de sua forma.

6.6 IDEALISMO TRANSCENDENTAL E REALISMO

Para terminar este capítulo, vamos comentar um ponto ainda importante da filosofia transcendental kantiana e que é também um tema da metafísica e das discussões dos outros autores cujas idéias já examinamos, a saber: o conflito entre idealismo e realismo.

Kant foi criticado logo após a publicação da *Crítica* em diversos pontos da filosofia ali apresentada e, em particular, por ter, segundo alguns de seus críticos, simplesmente retomado o ponto de vista idealista de Berkeley. Nos *Prolegômenos*, na segunda edição da *Crítica* e em outros escritos, ele esclarece sua posição, cujos argumentos centrais reproduzimos aqui.

É verdade que Kant, assim como Berkeley, radicalizou o ponto de vista já defendido por Locke quanto às qualidades dos objetos. Enquanto Locke, como vimos no capítulo anterior, atribuía aos objetos apenas as qualidades que ele denominou *primárias*, afirmando que suas qualidades *secundárias* estão na mente humana, Berkeley e Kant consideram também as qualidades primárias pertencentes à representação que temos dos objetos, e não a eles mesmos. Portanto, Kant também adota uma perspectiva idealista. Mas ele julga que seu idealismo é diferente tanto daquele de Berkeley, quanto daquele de Descartes no início das *Meditações*.

O idealismo de Kant é *transcendental*, no sentido que o termo possui em sua filosofia, e que já explicamos. Isso quer dizer que o mundo, ou a natureza, ou a experiência são constituídas por nossas representações, e que estas são possíveis em virtude de elementos da mente humana, como vimos, as formas puras da sensibilidade, os conceitos puros do entendimento etc.

Contudo, ao mesmo tempo, Kant é explícito em afirmar que nossa sensibilidade não poderia representar quaisquer objetos se eles não a afetassem, ou seja, se não existissem corpos físicos, por exemplo, para agir sobre a receptividade da sensibilidade. O que há de idealista nesta posição é que, para Kant, não podemos atribuir às coisas-em-si – isto é, às coisas tal como elas seriam independentemente de nossas representações delas no espaço e no tempo – as qualidades temporais e espaciais que lhes atribuímos. Mas mesmo assim, diz Kant, tais coisas têm de existir, pois, caso contrário, nada haveria para afetar a sensibilidade.

Assim, do ponto de vista metafísico, a posição kantiana é realista. Para Kant, existem coisas fora da mente e são elas que provocam em nós as representações sensíveis que temos delas. Mas essas representações não revelam nada que pertença propriamente às coisas, mas apenas a forma como elas nos afetam. Portanto, apenas do ponto de vista epistemológico, a posição kantiana é idealista.

Embora Kant também tenha fundamentado a ciência da natureza, como vimos, e, tal como dizem diversos comentadores e tal como o próprio Kant indica em algumas passagens de seus textos, ele tivesse também com sua epistemologia permitido a fundamentação da física de Newton, a idealidade do espaço e tempo marcam uma diferença importante de seu pensamento em relação ao de *Newton*, para quem espaço e tempo eram reais. A fundamentação da ciência da natureza promovida por Kant, e que ele explica em detalhes, por exemplo, no texto *Fundamentos metafísicos da ciência da natureza*, de 1786, por assim dizer, critica e corrige em certa medida a física newtoniana, adaptando a ciência da natureza à arquitetônica geral de sua filosofia transcendental.

O que Kant faz, enfim, assim como Berkeley, é reinterpretar de um ponto de vista epistemológico inovador os princípios mais gerais da física, o que preserva os resultados empíricos dessa ciência, mas explica seus sucessos experimentais e de predição de um outro ponto de vista que aquele do realismo no sentido epistemológico.

No caso específico de *Kant*, como dissemos, o realismo é mantido no plano metafísico: existem coisas-em-si, que não podem ser conhecidas. Ou seja, a metafísica que resulta de tal postura não pode ter outras pretensões cognitivas além daquelas a respeito do conhecimento da própria mente humana. Mas mesmo aqui, tal conhecimento transcendental não nos dá nenhuma substância, como um *eu*, tal como defendeu Descartes, por exemplo. Tudo o que temos é uma descrição dos fenômenos mentais humanos a que temos acesso. O próprio *eu*, como uma coisa-em-si, também não pode ser conhecido.



Sir Isaac Newton (1643–1727).

Kant foi o último dos grandes pensadores iluministas modernos, e é até hoje um dos filósofos mais estudados.

LEITURA RECOMENDADA

O texto mais recomendável para os que se iniciam no estudo da filosofia de Kant é o dos *Prolegômenos*, que existe em diversas edições. Os que se sentirem aptos também podem ler a *Crítica da razão pura*. Indicamos abaixo as edições mais comuns desses dois livros.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Kant (Coleção Os Pensadores).

KANT, I. *Prolegômenos*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Kant (Coleção Os Pensadores).

REFLITA SOBRE

- A diferença constatada por Kant entre o desenvolvimento da matemática e da ciência da natureza, de um lado, e da metafísica, de outro.
- A diferença entre ‘**transcendente**’ e ‘**transcendental**’.
- A diferença entre juízos analíticos e sintéticos.
- A diferença entre **fenômenos** e **coisas-em-si**.
- De que maneira as formas puras da sensibilidade permitem a fundamentação da matemática.
- A distinção entre juízos de percepção e juízos de experiência.
- De que maneira os conceitos e princípios puros do entendimento permitem fundamentar a ciência pura da natureza.
- O papel que os princípios da razão podem desempenhar no conhecimento humano e que limitação Kant impõe a eles em questões cognitivas.
- Que tipo de metafísica é possível, segundo Kant.
- Se a posição kantiana é realista ou idealista.

